

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

# História oral, inteligência artificial e valores: por uma metodologia atenta ao tempo da escuta e da pesquisa

Ricardo Santhiago

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13210>

Submetido em: 2025-09-07

Postado em: 2025-09-11 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

## **HISTÓRIA ORAL, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E VALORES: Por uma metodologia atenta ao tempo da escuta e da pesquisa**

### **ORAL HISTORY, ARTIFICIAL INTELLIGENCE, AND VALUES: For a Methodology Grounded in the Time of Listening and Research**

Ricardo Santhiago<sup>1</sup>

**Resumo:** O artigo examina os riscos associados à naturalização do uso de tecnologias de inteligência artificial na história oral, enfatizando suas implicações éticas, políticas e epistemológicas. Sustentando que tais implicações incidem diretamente sobre o núcleo constitutivo da prática, propõe uma agenda mínima de princípios orientadores que articule resistência e estratégias de redução de danos. A reflexão culmina na defesa da ética da escuta e da temporalidade lenta como condições indispensáveis à produção de conhecimento em história oral.

**Palavras-chave:** história oral; inteligência artificial; escuta; metodologia de pesquisa; ética

**Abstract:** The article examines the risks associated with the naturalization of artificial intelligence technologies in oral history, emphasizing their ethical, political, and epistemological implications. Arguing that such implications directly affect the constitutive core of the practice, it proposes a minimal agenda of guiding principles that combine resistance with harm reduction strategies. The reflection culminates in the defense of the ethics of listening and of slow temporality as indispensable conditions for the production of knowledge in oral history.

**Keywords:** oral history; artificial intelligence; listening; research methods; ethics

“Ando muito completo de vazios.  
Meu órgão de morrer me predomina.  
Estou sem eternidades.”  
- Manoel de Barros, *Os deslimites da palavra*

#### *Ainda história oral*

Há algo de quase estrutural no discurso teórico sobre a história oral: a afirmação recorrente de sua relação intrínseca com as tecnologias. Desde o advento dos gravadores portáteis, há um século, elas não apenas viabilizaram a escuta e os registros promovidos

---

<sup>1</sup> Professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da Universidade de São Paulo (USP) e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc). Coordenador do CUME – Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura e Memória. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5318-5801>

pelo método, como também ajudaram a confirmar padrões para sua prática. O mesmo pode ser dito dos impactos provocados, nas décadas de 1990 e 2000, pelas tecnologias leves de gravação em vídeo, que demandaram reorientações técnicas e posicionamentos críticos diante de questões como a implicação da visualidade em uma prática antes atenta quase que exclusivamente para a expressão verbal. O mesmo ocorre com outras mediações digitais que, ao longo do tempo, se incorporam ao nosso fazer — e cujos efeitos se tornaram muito evidentes após a pandemia de Covid-19, quando repensamos a história oral sem presença física, em entrevistas a distância (Santhiago; Magalhães, 2020).

Já tratei dessa conexão fundacional (Santhiago, 2022), observando como tecnologia e mídias orientam formas, concepções e possibilidades de expansão do trabalho. Isso foi há cerca de três anos – e é possível que parte de meus comentários ou base empírica esteja desatualizada, já que as tecnologias, afinal, se transformam com celeridade. Porém, uma percepção mais ampla a seu respeito permanece viva. Em 2007, em análise que se tornou influente no campo, o praticante de história oral australiano Alistair Thomson descreveu quatro transformações paradigmáticas: a retomada da memória como fonte para a história popular, no pós-guerra; o desenvolvimento de abordagens pós-positivistas da memória; a emergência da autorreflexividade e da intersubjetividade, com o reconhecimento do caráter co-construído da entrevista; e a quarta virada, ainda em curso, marcada pela revolução digital.

“As novas tecnologias digitais estão transformando as formas como gravamos, preservamos, catalogamos, interpretamos, compartilhamos e apresentamos histórias orais”, escreveu Thomson (2007, p. 68) na ocasião, distinguindo impactos presentes e projetados: do uso do e-mail para fortalecer o diálogo internacional à realização de entrevistas virtuais, passando por indexação, digitalização massiva e buscas não textuais — o amplo universo da “sensibilidade pós-documentária” de Michael Frisch (2006). Menos de vinte anos depois, não é a transição do analógico para o digital que nos assombra, mas a expressão mais avançada deste regime: a inteligência artificial, com sistemas capazes de simular capacidades humanas como reconhecer padrões, tomar decisões e aprender de forma autônoma. Na prática da história oral, tão profundamente humana, não estaremos incólumes a seus efeitos.

Essa é razão suficiente para seguirmos perseguindo a história oral enquanto prática reflexiva. Nos anos 1990 – espécie de fase heroica da história oral no Brasil – o debate metodológico era incontornável para promover invenções, angariar legitimidade e estabelecer padrões consensuados (Ferreira, 1998). Vocabulário, procedimentos, institucionalidade, rede de diálogo – tudo carecia não apenas de garantia, mas de

articulação. Debates mais sofisticados da área hoje são, em boa medida, viabilizados por aquele esforço inaugural de sistematização e pedagogização.

Hoje, diante da consolidação institucional da história oral (Ferreira; Santhiago, 2024), alcançamos outro momento, não mais pautado pela urgência da legitimação, mas pela afirmação ética, política e crítica de nossos compromissos. Junto aos desafios desse presente – que nos convocam a reafirmar continuamente o caráter implicado e situado do nosso fazer –, é necessário continuar retornando à metodologia não como repertório técnico e teórico normativo, mas como horizonte de reflexão crítica, interrogando vez após outra nossas escolhas e encaminhamentos. E, para além disso, reconhecendo como estas incidem sobre o conhecimento que produzimos e sobre o mundo no qual esse conhecimento se inscreve.

É exatamente disso que tratarei neste artigo, à luz do imperativo cada vez mais irrecorrível de submeter nossos procedimentos de pesquisa aos parâmetros da pesquisa digital, das tecnologias de informação e comunicação e, mais recentemente, da inteligência artificial. Como outras formas de conhecimento, a história oral experimenta, diante dela, um impasse epistemológico. A IA nos colocaria diante de um horizonte emancipador ou à beira de uma ameaça à autenticidade e à presença plena? Quais os riscos de sua assimilação considerando-se que a prática da história oral, mediada tecnicamente, sempre permaneceu profundamente humana? Questões como essas operam diretamente sobre o nosso modo de conceber e de fazer pesquisa. É nesse registro que gostaria de seguir, com atenção especial às tecnologias de IA e suas potenciais aplicações – tanto as que rejeitamos com convicção, quanto (e talvez com ainda mais cuidado) as que assimilamos inadvertidamente.

Minha posição inicial é de profunda suspeita – não necessariamente em relação às aplicações em si, mas à sua naturalização, à adoção irrefletida e à pressão crescente por sua incorporação como inevitável. Preocupo-me, sobretudo, com o efeito maior que uma assimilação acrítica da IA pode produzir: a imposição lenta e silenciosa de parâmetros e lógicas capazes de substituir, pouco a pouco, valores que cultivamos há tanto tempo.

No ressoante ensaio *Para adiar o fim do mundo*, Ailton Krenak (2019) advertiu sobre o risco da adesão inconsciente da humanidade às promessas da técnica – adesão que ameaça fragilizar, se não romper, nossos elos com a experiência sensível do mundo. Se não queremos participar do “delírio coletivo” descrito por Krenak, é necessário um posicionamento crítico diante de escolhas que possam conduzir a história oral ao afastamento de sua vocação ética e relacional. Nesse cenário, seus valores fundamentais poderiam ser corroídos, e sua própria razão de ser, pouco a pouco, comprometida.

### *Na ordem do dia*

Não é sequer necessário, em meados de 2025, justificar a abordagem das inteligências artificiais como tema de discussão. Trata-se de um assunto na ordem do dia, seja por sua crescente incorporação ao cotidiano, seja pelas múltiplas preocupações – éticas, jurídicas, trabalhistas, epistêmicas, entre outras – que seu uso suscita.

Descrever o campo da inteligência artificial, por sua vez, não é tarefa simples. Trata-se de um domínio complexo, marcado por um sem-número de aplicações e variados estágios de desenvolvimento. Sua história remonta às formulações de Alan Turing, nos anos 1950, sobre a possibilidade de que máquinas “pensassem”, e ganha corpo com os colóquios de 1956 no Dartmouth College, nos quais se discutiu a viabilidade de usar computadores como modelo para compreender o funcionamento inteligente da mente e do cérebro humanos. No Brasil, Dora Kaufman (2019) destaca que a IA envolve processos de linguagem, raciocínio, aprendizagem e resolução de problemas, produzindo formas de interação cada vez mais estreitas entre humanos e sistemas algorítmicos.

Tornadas onipresentes, as aplicações de IA se infiltraram pouco a pouco na vida cotidiana. Fomos nos surpreendendo gradativamente: com recomendações de produtos e sugestões de filmes e músicas, com base em nossos padrões de consumo; com o aparecimento de assistentes digitais como Siri e Alexa; e, mais recentemente, com o lançamento público do ChatGPT, em 2022, que causou perplexidade com suas respostas textuais em linguagem natural, abrindo caminho para um debate público vigoroso sobre seus limites.

Diferentes campos da sociedade vêm se mobilizando para refletir sobre os impactos da IA: a educação, as artes, o jornalismo, as finanças, a segurança pública, as áreas médicas. As humanidades, no Brasil, têm avançado nesse debate de forma ainda tímida, com aproximações esparsas e uma crítica incipiente. No caso específico da história oral, a interação com essa área quase inexistente. Até certo ponto, isso é compreensível, dado o alto grau de especialização técnica que a caracteriza. Ainda assim, temos problematizado pouco os efeitos concretos dessas tecnologias sobre a nossa prática.

Na principal publicação da área, a revista *História Oral*, não há, até o momento (agosto de 2025), trabalhos que enfrentem de forma direta os desafios impostos pelas inteligências artificiais. Do mesmo modo, os encontros científicos recentes promovidos pela Associação Brasileira de História Oral (ABHO) não têm abordado o tema com a centralidade devida. Esta não é apenas uma crítica, mas também uma autocrítica. E: o que

essa ausência revela? Que nossa área estaria blindada contra os efeitos deletérios dessas tecnologias? Quisera. O que se observa é um descompasso entre a adesão crescente a ferramentas cujo funcionamento mal compreendemos – e ainda assim incorporamos – e a ausência de um posicionamento crítico consistente.

Tecnologias de inteligência artificial vêm sendo incorporadas a distintas etapas do trabalho, com aplicações que vão do processamento inicial das entrevistas gravadas à sua difusão pública. Entre as emergentes, destacam-se:

- tradução automática de entrevistas, ampliando o acesso a acervos em idiomas não dominados pelo pesquisador ou pelo público;
- legendagem automática de vídeos, facilitando a difusão de acervos audiovisuais;
- geração automática de resumos ou índices temáticos, útil em depoimentos longos ou de difícil navegação;
- análise qualitativa assistida, em entrevistas isoladas ou conjuntos de depoimentos, com recursos que incluem nuvens de palavras, medição de frequência e comparações entre tendências temáticas e linguísticas;
- extração automatizada de conteúdo (nomes de pessoas, lugares, obras ou datas mencionadas), para fins de catalogação;
- criação de interfaces inteligentes para acervos digitais, capazes de reorganizá-los conforme interesses dos usuários.

Porém, nada rivaliza com aquela aplicação mais comum e abrangente: a geração de transcrições automáticas a partir de arquivos digitais de áudio, com base em tecnologias de reconhecimento de fala (“*speech-to-text*”). Trata-se do uso mais frequente da IA na história oral – que, além das imperfeições de que tratarei, tem a complicação adicional de parecer inofensiva e neutra, suscitando fundamentalmente questões técnicas ligadas à qualidade do texto gerado, diante das expectativas do pesquisador, mas não problemas éticos e metodológicos. Ocorre que não se trata de algo tão simples assim.

Um traço distintivo da história oral, em relação a outras práticas de pesquisa participativa e conversacional, consiste na produção de uma materialidade. A história oral envolve, inevitavelmente, alguma forma de fixação da memória oral, que se dá fundamentalmente de duas maneiras. Primeiro, pela gravação da voz falada – seja apenas em áudio, seja em áudio e vídeo –, utilizando tecnologias que se renovam, se sobrepõem e se substituem ao longo do tempo. Segundo, pelo estabelecimento de um texto escrito que representa, sem reproduzir literalmente, aquela gravação.

Esse caráter dual posiciona o trabalho de transcrição historicamente como uma tarefa central em nosso campo. Existem, evidentemente, inúmeros debates importantes sobre a relação entre voz gravada e texto transcrito. Qual dos dois constitui a fonte histórica por excelência? Qual o grau de liberdade que a pessoa textualizadora pode exercer em relação à gravação? Essas discussões permeiam uma bibliografia vasta, mas não são o meu objeto aqui.

Quero me concentrar na transcrição em si mesma – na tarefa de degravação das palavras faladas em palavras escritas; de transposição da oralidade para a escrita, incluindo vocalizações não verbais, ruídos exógenos, interrupções e silêncios. Refiro-me a uma desafiadora etapa de trabalho que amalgama dimensões técnicas, intelectuais e editoriais; trabalho complexo, comprometido com pelo menos três responsabilidades: com o narrador, devendo representar suas visões de mundo, ideias, vocabulário, crenças e valores, códigos linguísticos; com o pesquisador, respondendo às suas decisões metodológicas, às suas limitações e às responsabilidades éticas e profissionais que orientam cada encaminhamento procedimental; e com o leitor, posicionando-se diante de seu horizonte de expectativas de leitura, das regras de interpretação socializadas e das convenções de gênero que estruturam a recepção do texto.

Apesar dessa complexidade, a tarefa da transcrição tende a ser considerada por muitos praticantes de história oral como uma tarefa puramente mecânica, repetitiva. Quase sempre, ainda, como tediosa e maçante. E, para alguns, verdadeiramente intolerável. Adiada e odiada, a transcrição por vezes é representada como uma penitência. Brincadeiras à parte, não é de se espantar que, diante das grandes exigências envolvidas na transcrição, recebamos com enorme gratidão – e adesão imediata – qualquer recurso que se apresente como promessa de salvação ou, ao menos, de aceleração do nosso trabalho.

Alguns poucos pesquisadores de história oral parecem apreciar a tarefa de transcrição. Confesso que é meu caso. Sinto enorme prazer na revivência da situação profundamente afetiva que é a entrevista; um prazer de redescoberta e de descoberta, ao perceber elementos que, no momento da escuta presencial, haviam escapado. Trabalhando em um livro sobre o artista queer Edy Star (Santhiago, 2025), baseado em cerca de cem horas de gravação – um empreendimento monumental de história de vida, articulado a um processo arquivístico participativo –, transcrevi a maior parte dessas horas, absorvendo, pouco a pouco, seu ritmo, sua cadência, sua textura. Durante meus estudos de mestrado, meu orientador à época – o pesquisador José Carlos Sebe Bom Meihy – costumava descrever seu trabalho fazendo transcrições como sendo quase

camerístico: ele escutava as gravações uma, duas, três, quatro, cinco vezes; absorvia o ritmo, a cadência, a textura da fala; e apenas então transcrevia.<sup>1</sup> Esse processo não apenas favorece o rendimento da transcrição – pois, nesse ponto, pode-se quase antecipar o que a pessoa entrevistada está dizendo à medida que escreve –, mas também aporta incrementos significativos para nossa interpretação posterior, tamanha é a intimidade que se adquire com aquele material sonoro. Transcrever é uma aproximação lenta e situada ao material de pesquisa, um gesto que pavimenta a compreensão.

Contudo, após quase vinte anos ensinando história oral em distintos contextos institucionais, reconheço-me como uma exceção. Reconheço, igualmente, que nem todas as pessoas dispõem das condições necessárias para trabalhar dessa maneira. Tenho testemunhado os diversos esforços de alunos e colegas para tornar essa etapa menos penosa, e eu mesmo tenho incentivado a adoção de práticas que a tornem mais exequível: a realização de gravações de alta qualidade, com equipamentos apropriados e adequadamente manejados; a utilização de dispositivos como pedais de transcrição e fones de ouvido. Tais recursos não apenas aliviam o caráter mecânico do trabalho de transcrição como contribuem para a produção de transcrições mais fiéis e acuradas, preservando, assim, a integridade documental que lhes é própria.

No entanto, esses recursos jamais se mostraram plenamente satisfatórios. Invariavelmente, permanecemos à espera do *software* mágico – aquele capaz de realizar com perfeição todo o trabalho de copista, bastando que o muníssemos do material sonoro. Sabíamos que esse dia chegaria – como, de fato, está chegando, se é que já não chegou. Não graças a *softwares* (que dependiam de vocabulários pré-programados e descontextualizados e de modelos acústicos limitados), mas aos sistemas atuais de IA (que são treinados com enormes volumes de dados, apoiados em modelos de linguagem avançados e refinados continuamente). Porém, graças a esse enorme incremento qualitativo – ainda que as transcrições sigam imperfeitas, são muito melhores do que os *softwares* costumavam produzir – saltamos rápido demais do contato profundo com a espessura sonora da memória para as tecnologias de transcrição instantânea. Essas, ao comprimirem nossa relação com a memória e a oralidade, acabam, em última instância, por reconfigurar também nossa própria relação com o tempo.

### *Para além dos pequenos erros*

No livro *Transcribing Oral History*, publicado em 2019, Teresa Bergen aponta e discute as limitações então observadas nos *softwares* de transcrição automática: a baixa

qualidade geral dos textos obtidos, frequentemente permeados de erros; a variação nos resultados, dependendo da clareza do áudio oferecido; as dificuldades de identificação e separação dos diferentes falantes, resultando em transcrições confusas; e o enorme tempo dispendido na revisão dos textos mal feitos – que, muitas vezes, equivalia ao necessário para realizar uma transcrição humana do zero, não oferecendo economia real de tempo.

As IAs produzem transcrições muito melhores, embora ainda longe da perfeição – tanto pela falta de acurácia quanto por inconsistências técnicas e carência de padronização na formatação de documentos. A mera experiência com plataformas de comunicação que oferecem transcrição de voz em tempo real – como Zoom, Teams ou mesmo streamings como o YouTube – permite vislumbrar o que essas tecnologias entregam: legendas que são úteis acompanhando um diálogo ao vivo ou um material audiovisual, mas que apresentam muitas falhas e perdas significativas de nuance.

Em outras palavras: embora a qualidade das transcrições automáticas tenha sido aprimorada, ainda está distante da precisão e da sensibilidade que a expressão humana exige. Nenhuma IA é capaz de captar hesitações, tons, inflexões, silêncios significativos ou expressões idiomáticas com o cuidado necessário. Ao mesmo tempo em que perdemos o que queremos – as nuances e sutilezas da fala –, quedamo-nos com o ônus de uma ordem irrecorrível imposta ao depoimento desde a transcrição, que inevitavelmente se insinua nas etapas subsequentes de tratamento textual. Quando realizada por tecnologias algorítmicas, essa ordem passa a ser disciplinada pela própria inteligência artificial, que organiza, disciplina e restringe as possibilidades transcritoras. A transcrição inicial, longe de ser um processo meramente mecânico, constitui uma primeira camada interpretativa e editorial fundamental, pois confere ordem e sentido à narrativa enquanto escrita.

Esses são problemas sérios, que afetam o que produzimos como resultado textual do trabalho com história oral, repercutindo em cada etapa da cadeia: interpretação, arquivamento, usos futuros em pesquisas, comunicação pública. A transcrição é, nesse sentido, um saber-fazer inseparável da competência global da história oral – um ofício que combina domínio técnico, conhecimentos culturais e linguísticos, além de uma sólida competência editorial. Esta é indispensável para o exercício do julgamento e para a criação judiciosa de soluções adaptativas, sempre desenvolvidas à luz dos desafios singulares que se apresentam ao longo de cada processo de trabalho. Não é por outra razão que Patrick Urru (2022) a denomina de artesanato:

Uma consideração nada banal, sobretudo em um tempo em que as novas tecnologias projetam cenários extraordinários, oferecendo alternativas à transcrição, mas também novos processos de transformação e análise da oralidade, capazes de aliviar o pesquisador do pesado trabalho que

essa operação indubitavelmente implica. (...) [A transcrição é] Um trabalho manual, portanto, para o qual é notoriamente difícil formular regras prescritivas, pois os fatores que influenciam a transcrição de uma entrevista realizada no âmbito de um projeto de história oral são diversos e podem variar ao longo do percurso da pesquisa. (Urru, 2022, p. 173-4)

Ainda assim, a qualidade dos textos gerados por IA está longe de ser o único – e, diria, nem sequer o maior – problema de seu uso na história oral. Minha principal crítica e preocupação não se concentra nas eventuais falhas do produto final, mas no processo que o viabiliza; não se dirige a uma transcrição isolada, mas à compreensão profunda do que a história oral é e dos princípios que a sustentam; não operam a partir da percepção de que essas tecnologias geram um texto melhor ou pior, mas do reconhecimento de que as escolhas metodológicas e técnicas que fazemos – por mais minúsculas que possam parecer – mantêm uma relação lógica e indissociável com o coração da nossa prática e com valores profissionais e éticos dos quais não podemos abrir mão.

No tocante à maior parte das aplicações da inteligência artificial, estamos empenhados em defender esses valores. Poucos de nós acederíamos a usos ostensivamente bizarros de entrevistas de história oral já favorecidos pelas IAs — como o uso de vozes gravadas em entrevistas para simulações de conversas com pessoas célebres, amigos ou familiares mortos. A plataforma digital *StoryFile* é uma dessas ferramentas, já tendo permitido que visitantes de exposições conversassem com veteranos de guerra falecidos,<sup>ii</sup> ou que, no funeral do ator Ed Asner, os presentes pudessem dialogar com um holograma dele próprio, ao lado de corpo sendo velado.<sup>iii</sup>

Essa mistura de desserviço ético e de futurismo vulgar não constitui grande ameaça à prática da história oral, sendo antes expressão eloquente de mau gosto. Da mesma forma, estamos atentos aos riscos das IAs generativas, surgidas em um contexto de ataques sistemáticos à ciência e às universidades públicas, o que torna ainda mais crucial a vigilância sobre sua capacidade de produção de textos e imagens, dado o potencial de alimentar desinformação e *fake news*. Como professores e pesquisadores, preocupam-nos os impactos sobre criatividade, autoria e originalidade, especialmente diante de casos recentes e crescentes de fraude, violação de direitos e adulteração. Em suma, colocamo-nos vigilantes quando a IA promove a fraude deliberada.

Os riscos mais agudos residem, a meu ver, na naturalização da IA como técnica presumidamente inofensiva, aplicada com as melhores das intenções. É em sua presença sutil e pervasiva, infiltrada em dimensões que podem parecer banais (como gerar uma transcrição automática a partir de um arquivo de áudio) que se impõe a necessidade de pensar metodologicamente e, por consequência, eticamente. Trata-se de refletir não

apenas sobre quais aspectos do nosso trabalho estamos dispostos a desumanizar, delegando-os às IAs, mas também sobre as consequências profundas dessa delegação, que não se anulam apenas porque são guiadas por bons propósitos.

A naturalização das transcrições feitas por IA apoia-se geralmente sobre o falso consenso de que o uso dessas tecnologias seria inevitável, restando apenas superar fragilidades técnicas. Essa naturalização confere à IA não só a condição de recurso óbvio e inofensivo, mas a eleva à posição de parceira fiel, gentil, sempre prestativa – que não demonstra má vontade e realiza tarefas em velocidade admirável. Assim, as 13 ou 14 horas dedicadas à escuta atenta e à transcrição da história de outra pessoa tornam-se 30 ou 40 segundos silenciosos.

Recorrendo a essas tecnologias, atualizamos performativamente o que Hartmut Rosa (2019, 2022) denomina de aceleração técnica – o uso de aparatos tecnológicos para encurtar o tempo dispendido em atividades produtivas –, aceleração que transforma de modo profundo nossas formas de estar-no-mundo, reconfigurando subjetividades e estruturas sociais. Rosa distingue ainda outras duas formas de aceleração – a aceleração das transformações sociais e a aceleração do ritmo de vida –, apontando uma força propulsora interna que conecta essas dimensões, que se reforçam mutuamente.

Ao delegarmos decisões linguísticas e interpretativas centrais à nossa prática a sistemas automáticos, substituímos a escuta ativa e crítica por uma racionalidade técnica. O preocupante é que esse movimento possa ser apenas o primeiro passo para um esvaziamento ético mais profundo da prática de história oral, com desdobramentos multifacetados. Pode haver pesquisadores que – como Eleonore Hein – se entusiasmam ao afirmar que a IA melhora “a velocidade e eficiência das transcrições, preservando a precisão e autenticidade das entrevistas”, ao mesmo tempo em que considerem ressalvas sobre questões de segurança, confiabilidade e “implicações que ainda não podemos prever”.<sup>iv</sup> A questão é que essas dimensões não estão dissociadas. A automação não é neutra: aponta para uma mudança estrutural que fragiliza a história oral como prática ética e a constrange e a colaborar com modos de apreensão e de produção do mundo que, até aqui, ela se dedicava a problematizar e a criticar, desejando transformar. É nesse horizonte que se delineiam, a meu ver, pelo menos cinco linhas de esvaziamento em curso:

*a) Proteção de dados*

Uma das linhas de esvaziamento diz respeito à integridade da pesquisa e à responsabilidade pela proteção dos dados de nossos colaboradores: gerando transcrições

com IAs, tornamos não apenas nosso trabalho, mas também as experiências dos nossos entrevistados, objeto de ações extrativistas.

Algoritmos de IA operam sem programação prévia, graças ao aprendizado por máquina e ao aprendizado profundo. Funcionam por “predições algorítmicas”, gerando informações não disponíveis a partir de dados presentes e crescentes, ajustando seus parâmetros continuamente. Daí que a máxima de que “os dados são, neste século, o que o petróleo foi para o anterior” seja tão reveladora: serviços oferecidos de forma gratuita também são lucrativos para as empresas de tecnologia, que precisam de novos dados para aprimorar seus sistemas e aperfeiçoar suas respostas.<sup>v</sup> Esses dados abrangem informações pessoais, postagens em redes sociais, transações bancárias, compras e preferências de consumo, uso de aplicativos, geolocalização. As pequenas vantagens obtidas com o compartilhamento desses dados – a troca da privacidade pela comodidade” (Silvestre, 2019) – seguem a mesma lógica que sustenta o uso de IA para transcrever vozes. Ocorre que o trabalho com a memória dos outros não equivale a ceder os próprios dados em troca de um login agilizado, de um desconto na farmácia ou de uma mesa disponível em um restaurante lotado.

Talvez nem todos tenham clareza de que, ao usar a tecnologia tão rápida e aparentemente gentil de transcrição por IA, entregamos a ela as palavras, as memórias, as histórias, as formas de expressão oral dos outros. Nossos dados de pesquisa, sim – mas também os sonhos, medos, desejos, experiências, visões de mundo que nos foram confiados. Uma vez coletados e processados, eles dados podem ser usados (e são) para induzir práticas de consumo, opiniões, decisões políticas. Casos concretos já demonstram o uso de dados sem consentimento, para fins não autorizados, por empresas de tecnologia. A questão que se coloca é se a preservação desses dados pode ser relativizada em nome da agilidade das transcrições.

O patrimônio crítico que é a memória transforma-se em patrimônio privado, mobilizado para fins igualmente privados. E não se trata apenas do risco individual de cada entrevistado. Massas de testemunhos são oferecidas a empresas e alimentam processos que impactam economia, política e cultura: é em larga escala que as IAs principalmente operam, identificando padrões e induzindo decisões automatizadas. A dependência de tecnologias estrangeiras amplia a vulnerabilidade, pois dados são entregues sem garantia de soberania cultural ou segurança jurídica. As próprias empresas reconhecem que não podem assegurar plenamente a proteção do que coletam, limitando-se a afirmar que “se esforçam” para isso.<sup>vi</sup> Seus termos de serviço, amplamente vagos ou

intencionalmente ambíguos, reforçam a necessidade de vigilância coletiva e metodológica.

*b) Danos ao meio ambiente*

Outro aspecto refere-se aos danos diretos ao meio ambiente causados pelas inteligências artificiais, em um contexto em que a crise ecológica brasileira alcançou patamares e acelerações dramáticos. Já conhecemos, a esta altura, a magnitude dos recursos naturais consumidos pelas IA – conforme a popular imagem do “copo d’água por pergunta”. Ao perguntar ao ChatGPT sobre esses impactos – gastando água de resfriamento, portanto, para diminuir a temperatura dos servidores –, ele próprio respondeu: “Uma transcrição de 2 horas por IA pode parecer um processo ‘leve’, mas está apoiada em uma cadeia global de extração de minerais, consumo energético e manutenção de infraestrutura altamente intensiva, ainda majoritariamente não sustentável”.<sup>vii</sup> O sistema calculou a emissão de CO<sub>2</sub> (aproximadamente, 1,2 kg) e o consumo energético (de 0,02 a 0,1 kWh) dessa tarefa, garantindo em seguida:

Esses valores parecem pequenos isoladamente, mas ganham escala quando multiplicados por milhões de transcrições diárias. E isso não inclui os impactos da extração de minerais, resfriamento, armazenamento dos dados e treinamento do modelo, que têm custos ambientais muito maiores.<sup>viii</sup>

O ponto central da resposta é relevante pois desloca a crítica da responsabilização individual – isto é, a ideia de que cada um de nós, ao usar tecnologias de IA, estaria promovendo isoladamente a mudança climática – para a compreensão de que o problema reside na progressiva hegemonização dessa mudança social.

No livro *A Geology of Media*, publicado há dez anos, o estudioso finlandês Jussi Parikka (2015) já havia mapeado e criticado minuciosamente os impactos diretos e indiretos do desenvolvimento tecnológico sobre a exploração de recursos naturais. Para além do consumo energético massivo das infraestruturas digitais – que utilizam tanto fontes renováveis quanto não renováveis –, Parikka chama atenção para o descarte acelerado de dispositivos por obsolescência programada, gerando resíduos tóxicos, e para a dependência de minerais raros extraídos em condições brutais de trabalho, como no Congo, onde inclusive crianças trabalham sob violência, exposição a toxinas e salários miseráveis, extraindo tântalo e cobalto utilizados em baterias. Uma prática intelectual comprometida com a denúncia de situações sociais como essas não pode, portanto, recair em sua reprodução.

c) *Desemprego tecnológico*

Outro ponto de não isenção refere-se ao mundo do trabalho. Um dos motores do investimento massivo em tecnologias de IA é a substituição de trabalhadores humanos por máquinas – processo que cresce em escala exponencial e ameaça instaurar um fenômeno inédito, ao menos em sua magnitude: o da inempregabilidade. No início de 2024, até mesmo o Fundo Monetário Internacional (FMI) reconheceu que cerca de 40% dos empregos em todo o mundo poderão ser afetados pelo avanço da IA, que tende a aprofundar ainda mais as desigualdades em escala global.<sup>ix</sup> Não que o FMI se importe – inúmeros outros comunicados do próprio Fundo contribuem para promover e incensar tais usos e, portanto, desigualdades.<sup>x</sup>

Nos arredores da história oral, as implicações já se fazem sentir, com a redução do campo de trabalho para profissionais que atuam com transcrição, edição, pesquisa, documentação. Um aluno de mestrado, que pesquisa a publicação de livros de entrevistas de história oral voltados a públicos mais amplos, constatou a existência – em pelo menos uma editora – de profissionais transcritores e editores altamente capacitados, artesãos do texto que articulam conhecimento histórico, competência linguística e sensibilidade para lidar com narrativas de experiência. Trata-se de um trabalho intelectual invisibilizado, cujo crédito editorial sequer está à altura do trabalho desenvolvido – e que, além disso, está ainda em risco de desaparecer. E será que nosso próprio ofício não poderá, igualmente, desaparecer?

Stuart Russell, ao discutir as dimensões éticas da inteligência artificial, lança uma pergunta perturbadora: “Quando uma máquina substitui nosso trabalho físico, podemos vender trabalho mental. Quando uma máquina substitui nosso trabalho mental, o que nos sobra para vender?” (2021, p. 113). De fato, a decisão aparentemente simples de adotar tecnologias de automatização, voltadas a substituir as pessoas nessas tarefas, contribui diretamente para a desvalorização do trabalho humano e para o avanço do desemprego tecnológico. Em nosso campo – não nos enganemos – poderemos ser substituídos como entrevistadores, pesquisadores, produtores de conteúdo e professores, em um cenário cada vez mais plausível.

“Não se preocupe; não vamos desaparecer”, disse a historiadora Sarah Weicksel ao repórter do *Washington Post* Todd C. Frankel,<sup>xi</sup> ao comentar o polêmico estudo patrocinado pela Microsoft (Tomlinson et al., 2025) que situava os historiadores como a segunda profissão mais propensa à substituição pela IA. Weicksel observou que “a IA generativa não consegue substituir a *expertise*”. Tem razão – mas isso depende da

preservação do próprio sentido de história a que ela se refere, e da persistência de sua legitimidade social e pública.

Isso independe do fato de que não haverá dificuldade (daqui a meses? semanas? dias? horas?) em programar e implementar *chatbots* altamente dinâmicos, capazes de conduzir entrevistas de história oral: criar roteiros de perguntas, reagir ao entrevistado com expressões de acolhimento, surpresa ou empatia, realizar entrevistas em múltiplos idiomas ou acoplar perguntas a estratégias de *fact checking* em tempo real. Tais sistemas poderão, portanto, parecer mais “eficientes” do que humanos – mas à custa de corroer a história oral, ao suprimir a surpresa e o aprendizado que emergem do encontro humano. Nesse futuro, nosso maravilhamento com o “grande mentiroso” de Janaina Amado (1995) já não terá lugar.

O que está em jogo, aqui, é: que tipo de história oral será possível quando a inteligência artificial nos substituir não apenas como transcritores, mas também como entrevistadores, pesquisadores, intérpretes, mediadores? Não se trata de cultivar narrativas de medo e de competição com a indústria tecnológica, mas de convocar à reflexão coletiva sobre os valores inegociáveis de nossa prática.

#### d) *Racismo tecnológico*

Outro ponto inegociável diz respeito ao racismo tecnológico, incompatível em uma prática como a nossa. O chamado “viés” (*bias*) é o termo técnico utilizado pelas empresas de tecnologia para nomear o que elas mesmas reconhecem ser irrecorrível: a tendência das IAs produzirem resultados distorcidos, favorecendo certos grupos ou visões em detrimento de outros. Isso decorre tanto de decisões de design que favorecem determinadas interpretações e ações (viés algorítmico) quanto dos dados utilizados (viés nos dados), que refletem as desigualdades sociais já existentes. As IAs se alimentam do que já existe; e o que existe é um mundo desigual, de modo que suas predições ou recomendações tendem a ser injustas, excludentes e desleais. O problema se acentua pela baixa transparência: não sabemos quais amostras são usadas para treiná-las, nem como classificam certos dados como “padrões”. Em plataformas comerciais, essas informações são ainda mais inacessíveis, protegidas por contratos de confidencialidade e interesses proprietários.

Em IAs de reconhecimento de voz, não sabemos se as amostras linguísticas contemplam diferentes etnias, gêneros, regiões, sotaques, ou se incluem vozes de pessoas trans, cujos padrões vocais podem não coincidir com estereótipos binários e modelos normativos (homem: voz grave; mulher: voz aguda). Isso leva a diversas formas de

violência simbólica: falhas de reconhecimento, exclusões automáticas e atribuição compulsória de gênero. As empresas pouco dizem sobre os dados de treinamento, mas, considerando-se que as equipes de desenvolvimento são majoritariamente compostas por homens (brancos ou asiáticos), de 30 a 40 anos, cis e heterossexuais, do Norte Global, com experiências e visões de mundo semelhantes (Kaufman, 2022, p. 103), não surpreende que mulheres, pessoas negras, povos originários, pessoas com deficiência e populações do Sul Global sejam sub-representadas. Tampouco há espaço para especialistas em linguística, ética, antropologia, história e estudos culturais nas empresas.

A consequência é previsível: as IAs funcionam melhor para uns do que para outros – inclusive em tecnologias de reconhecimento vocal, mesmo em usos mais simples do que a transcrição de entrevistas. Em 2018, o *Washington Post* mostrou que assistentes digitais entendiam pessoas com sotaques hispânicos 6% menos do que falantes de inglês californiano ou de Washington – onde as empresas estão sediadas.<sup>xii</sup> Em 2020, Allison Koenecke e seus colaboradores mostraram que a taxa de erro na transcrição de falas negras era quase o dobro em relação a falas brancas. Em 2024, Helen Eftekhari mostrou que, na Inglaterra, as transcrições eram muito menos precisas para sotaques do norte do país. Essas formas de discriminação algorítmica, disfarçadas de neutralidade técnica, já são intensas em países do Norte Global e em língua inglesa; com outras geografias, línguas e oralidades, é razoável supor que se ampliem.

Lembro-me de uma fala numa plenária durante o congresso da associação estadunidense de história oral em Baltimore, em 2023. Uma mulher negra ofereceu uma fala dura, mas verdadeira, sobre a razão para não utilizar tecnologias IA na transcrição de entrevistas. Disse que essas tecnologias até poderiam funcionar com entrevistas em inglês padrão gravadas dentro de estúdios isolados, mas não com o Black English gravado por pesquisadores sociais nas periferias das cidades do país – portanto, não sendo neutras nem universais, mas fazendo recortes geracionais, raciais, regionais, de classe, de status. A frase com que concluiu sua fala remete a um valor fundamental que baliza nossa área, o de igualdade: “Se a transcrição com IA não serve para todos, então ela não serve para ninguém.”

A frase põe por terra a justificativa cômoda de que bastaria usar a técnica quando ela funciona bem, e, quando não, recorrer a outras soluções. Não é bem assim, e é para isso o que o pensamento de Heidegger (2007) sobre a técnica apontava: ele advertia contra a ilusão de a tecnologia poderia ser plenamente controlada pela ética ou pela razão humanas. A técnica moderna, dizia ele, se enraíza numa estrutura de desvelamento que

transcende a ação humana: seus criadores não são necessariamente seus senhores, mas, antes, seus recursos.

Em suma: o princípio da igualdade deve orientar nosso trabalho, e não se pode instituir um procedimento como padrão sem antes avaliar se ele é metodologicamente igualitário. Além disso, mesmo sob a lógica tecnicista, nada assegura a ausência de efeitos negativos dilatados no tempo – como o arrefecimento de investimentos em certas áreas, sujeitos ou grupos, seja em termos de produção, de disponibilização ou de uso de fontes orais, em nome de uma suposta praticidade. Quem pode garantir que, diante de maiores facilidades técnicas para lidar com certos grupos – e não com outros –, isso não levará, ainda que de forma sutil, a mudanças nas prioridades e agendas de pesquisa de estudantes, pesquisadores, instituições e agências? Num tempo em que é preciso direcionar escuta a povos indígenas, a periferias, a pessoas queer, entre outras, a história oral não pode correr o risco de optar por uma escuta seletiva, baseada na conveniência técnica.

*e) Transformações cognitivas e declínio da cognitividade neural*

Em uma incursão recente sobre a arte da escrita, o romancista Sérgio Rodrigues profetizou que, em breve, ninguém precisará escrever uma linha sequer, caso não deseje. “Bastará dominar alguns *prompts*, modos de instruir a máquina, e pronto: o imenso fardo de encaixar uma palavra depois da outra (...) terá sido tirado das costas da nossa espécie depois de alguns milhares de anos” (Rodrigues, 2025, p. 14), observou, em tom irônico que não obscurece a veracidade de sua asserção. É uma das muitas barganhas perversas favorecidas pela IA: velocidade sem profundidade; eficácia sem invenção; produtividade sem cognição. Que outros custos invisíveis podem acompanhar seu emprego?

Em um estudo amplamente divulgado em junho de 2025, Kosmyna e colaboradores (2025) – oriundos de distintos campos da neurociência, da psicologia cognitiva e da ciência da computação – analisaram os efeitos da utilização de modelos de linguagem como o ChatGPT na escrita de ensaios. Utilizando eletroencefalografia (EEG), análise linguística e entrevistas, ele mostrou que o uso contínuo de IA pode comprometer dimensões essenciais da cognição. Os participantes produziram textos bem avaliados, mas demonstraram baixa capacidade de se lembrar do que haviam escrito, dificuldade para citar trechos específicos de seus próprios textos, além de uma percepção diminuída de autoria, como se o produto de sua escrita não lhes pertencesse.

Em vez de mero apoio pontual à atividade intelectual, o uso reiterado da IA mostrou efeitos negativos duradouros. Participantes que haviam recorrido às ferramentas de IA em sessões anteriores continuaram apresentando (mesmo quando foram privados

desse auxílio) menor ativação cerebral e menor esforço cognitivo. Esses indícios foram interpretados pelos autores como sinais de uma “dívida cognitiva” acumulada – um enfraquecimento progressivo de mobilizar redes mentais complexas.

A pesquisa apontou, assim, transformações preocupantes: enfraquecimento da memória, queda na atenção sustentada, homogeneização da linguagem e dificuldade crescente em lidar com processos mentais mais lentos e reflexivos. Em lugar de uma inteligência humana ampliada, as IAs parecem favorecer sua reconfiguração empobrecida – não compensada por formas de cultivo da atenção ou da sensibilidade. Ao contrário: o que se delinea é a consolidação de um novo padrão cognitivo, com forte potencial de contaminar formas de pesquisa – tornando-as menos dispostas a sustentar a espera, a hesitação, o intervalo, a pausa, a claudicância. Isso posto, permanece a indagação: que história oral será possível em um ambiente que reprime a atenção alongada e a paciência?

### *Caminhos possíveis*

Diante da incerteza técnica, das assimetrias de poder e do risco de assalto a valores inegociáveis da história oral, o caminho a ser seguido – na pesquisa e na formação – é o da prudência metodológica e da afirmação de princípios. Isso não significa rejeitar integralmente as IAs – o que seria mesmo impossível, dada sua ubiquidade –, mas recusar a adesão irrefletida e a incorporação automática de soluções tecnológicas como padrão, e não como possibilidade a ser cuidadosamente avaliada. Preservar a história oral como prática crítica supõe atenção às implicações éticas e epistemológicas das ferramentas que emprega, sobretudo em suas presenças mais discretas e, por isso mesmo, mais corrosivas.

É preciso considerar seriamente os efeitos de decisões aparentemente inofensivas, questionando a ideia de que as IAs são meros recursos auxiliares, cujo uso seria desprovido de consequências mais amplas. Criadas a partir de parâmetros excludentes, elas induzem o culto da eficiência e um servilismo metodológico que nos afasta de compromissos fundacionais, tratando a diversidade cultural, linguística e humana como ruído. Empresas de IA não direcionam investimentos para escutar melhor nem para reconhecer formas de expressão: lucram com desemprego, desumanização e transformação da experiência em mercadoria. É por isso que, mesmo reconhecendo avanços e facilidades, necessitamos nos indagar, com franqueza, até que ponto estamos dispostos a colaborar com o mundo projetado pelas *big techs*.

Em um ambiente de integração quase invisível dessas ferramentas, parece fundamental reafirmar a história oral em seus valores: o compromisso com a essência

dialógica e humana; o sentido da atenção ao pequeno; o investimento paciente no tempo da escuta do outro; a abertura às camadas da memória que se revelam, densas, em seu próprio ritmo. O uso de IAs afeta escolhas narrativas e interpretativas, reduzindo a densidade e o cuidado no trato com a fala do outro. Permuta o potencial das formas de inteligência coletiva (criação de sistemas de construção de saber coletivos, baseados em redes de confiança, reciprocidade e autoridade compartilhada) por sistemas automatizados. Compromete até mesmo a capacidade de mobilização das comunidades de pesquisa por condições mais adequadas de trabalho – inclusive aquelas que garantem a existência de equipes maiores, formadas por pessoas adequadamente remuneradas.

Ao fazê-lo, essas tecnologias impõem à história oral um ritmo de produção que lhe é alheio. As queixas de que o tempo despendido em transcrições obstaculiza o trabalho já são sinal de um deslocamento preocupante: afinal, o tempo da escuta não constitui *obstáculo* para o trabalho da história oral; ele *é* o trabalho e sua substância. História oral exige demora, espera, prolongamento, repetição, reescuta: é no tempo que se sedimentam a qualidade interpretativa e a relevância das pesquisas. Suspender esse esforço não é um caminho mais rápido para o que fazemos: é um desvio para outra coisa.

Para escapar ao esvaziamento ético em nome da velocidade, é fundamental que os princípios que sustentam a história oral continuem se traduzindo em condutas metodológicas consistentes, mesmo quando isso produz desconforto e exige esforços que poderiam ser abreviados pelas IAs. O desempenho saudável dessa defesa passa pelo reconhecimento de que nosso trabalho não é abstrato: ele é calcado na matéria viva da memória, da fala e da narrativa, e não na teorização dissociada da experiência. Enfrentar essa matéria com dedicação, sem atalhos, é cultivar virtudes metodológicas fundamentais como paciência e humildade investigativa. Reouvir a história do outro até alcançar uma transcrição excelente não é entrave, mas aprofundamento interpretativo e expressão do compromisso com os saberes compartilhados. O cuidado da pesquisa deve aparecer não apenas em declarações abstratas sobre a importância das histórias, mas em condutas concretas.

Sem dúvida, o uso de inteligência artificial no nosso trabalho pode resultar em economia de tempo — mas foi para isso que caminhamos até aqui? Não estaríamos, como propõe Hartmut Rosa (2022), perseguindo metas incoerentes com nossos anseios, produzindo uma história oral alienada, esvaziada de sentido, dissociada do prazer e da experiência que antes caracterizavam e investiam de sentido nossa prática investigativa? Em crítica próxima, Byung-Chul Han (2023) atualiza as reflexões de Walter Benjamin a respeito da crise da narração ao diagnosticar nas aparições do *storytelling* não um

renascimento, mas a degradação da narrativa: um pseudo-narrar privado de interioridade e continuidade, voltado à curiosidade hiperativa e à produção de afetos de consumo. O *storytelling* reduz o narrar a uma prática superficial que prescinde da contemplação lenta e rejeita o tempo longo – são, diz Han, narrativas que não têm interioridade e não resistem no tempo.

Se este é o diagnóstico apresentado em *A crise da narração*, Han propõe, em *Favor fechar os olhos: Em busca de um outro tempo* (2024), a única resposta à altura: a desaceleração. Apenas o tempo próprio das coisas pode garantir a integridade da experiência, com seus inícios e seus fins. A aceleração, ao contrário, compromete a possibilidade de conclusão. Para Han, “a narração é uma conclusão. Em razão de sua conclusão, ela produz um sentido” (2024, p. 12-3). A narração tem ritmo, cadência, rituais, e não pode ser acelerada sem sacrificar seu sentido.

Refletindo sobre o paradigma digital contemporâneo, Han observa ainda que “a causa da aceleração é a incapacidade geral de concluir e encerrar” (p. 24) – de dar às coisas a dignidade de terem seu tempo. Sem encerramento, as experiências se tornam indistintas, dissolvidas na continuidade compulsória. Han argumenta que vivemos em um tempo do trabalho eterno, que captura até mesmo a ideia de descanso, capturado como o tempo de regeneração para que o trabalho seja retomado: “o repouso não é o outro do trabalho, é o seu *produto*” (p. 36). Contra essa temporalidade dominante, Han reivindica o “tempo do outro” – um tempo que se oferece como dádiva, que escapa à contabilidade, à eficiência e à lógica do desempenho, e que é capaz de produzir sentido precisamente por nos licenciar a possibilidade de conclusão:

O tempo que pode ser acelerado é o *tempo do eu*. (...) Mas há também um outro tempo, a saber, o *tempo do outro*, um tempo que *dou* ao outro. O tempo do outro como *dádiva* não pode ser acelerado. Ele também escapa ao trabalho e ao desempenho, que sempre exigem o *meu* tempo. A política temporal do neoliberalismo abole o tempo do *outro*, porque ele não é *eficiente*. Ao contrário do tempo do eu, que isola e individualiza, o tempo do outro institui a *comunidade*. (Han, 2024, p. 44-45)

Uma história oral que pretenda permanecer fiel a seus fundamentos deve sustentar o “tempo do outro”: permitir a conexão, tolerar a demora, abraçar a escuta prolongada. Um tempo não imposto, mas partilhado, que compreenda como dádiva aquilo que é oferecido em confiança.

*Solução de compromisso: Uma agenda mínima para a redução de danos*

O ponto central desta reflexão não é erguer uma barricada tecnofóbica ou condenar, de antemão, todo e qualquer emprego de IA na história oral. Trata-se, antes, de situar criticamente seus usos e reconhecer seus riscos éticos, políticos e epistemológicos. Reconheço a pertinência de alguns argumentos mobilizados em favor das transcrições automatizadas (e de outras aplicações de IA), em especial a escassez de recursos, a precariedade das condições de pesquisa e a pressão de prazos institucionais frequentemente inflexíveis.

Diante disso, não se trata necessariamente de optar de forma rígida entre recusa ou adesão (embora eu, pessoalmente, incline-me mais à primeira), mas de reconhecer que o cenário contemporâneo no qual a história oral é praticada nos convoca a atuar simultaneamente em ambos os planos. Não há como prescindir de certa dose de resistência – que afirma nossos princípios e delimita fronteiras éticas intransponíveis – nem como evitar a busca de estratégias realistas de redução de danos – que permitem sustentar esses mesmos princípios em meio a contextos adversos concretos e pressões institucionais.

Iniciativas legislativas, acordos transnacionais, protocolos internacionais (como os padrões ISO para a inteligência artificial) e propostas de códigos de ética são iniciativas em curso. Porém, não precisamos nem devemos esperar por normativas externas para refletirmos sobre nossos próprios parâmetros éticos diante dessa dupla exigência de afirmar valores e, ao mesmo tempo, construir pactuações. Cabe-nos assumir responsabilidade — individual e coletiva — enquanto pesquisadores, docentes, estudantes e membros de um campo comprometido com a escuta e com a memória.

Parece já ser inadiável articular uma ação coletiva que discuta de modo transparente as responsabilidades e obrigações éticas e profissionais adicionais implicadas no uso de IA. Essa discussão deve partir da definição de princípios operacionais claros, mas também precisa ser politizada, para que as diversidades linguísticas, culturais e sociais não sejam sacrificadas no altar da inovação-a-qualquer-custo.

Com o intuito de contribuir para esse debate, proponho alguns pontos que podem ajudar a orientar um uso mais ético e responsável da inteligência artificial em nossa prática:

1. Definir “inteligência artificial” e circunscrever seus limites de uso – Não somos desenvolvedores de IA, nem agentes diretamente envolvidos em sua formulação técnica, mas podemos, enquanto comunidade, afirmar com nitidez os contornos aceitáveis do seu uso na prática de história oral. Isso significa

estabelecer quais tarefas específicas podem ser consideradas admissíveis e quais colidiriam frontalmente com os princípios da área. Em última instância, trata-se de balizar quais processos têm caráter acessório e quais são centrais na prática de história oral, constituindo seu núcleo e não podendo, portanto, ser delegados a sistemas automatizados;

2. Reforçar o papel da supervisão humana – À medida que as tecnologias de reconhecimento de voz se aperfeiçoam, tornou-se quase consensual a ideia de que a função da pessoa antes responsável pela transcrição tende a se transformar, passando para a tarefa de revisar. Essa mudança só deve ser aceitável se preservar a centralidade da escuta atenta, paciente e crítica. O trabalho de conferência, revisão e edição deve assumir os mesmos sentidos do respeito e do cuidado com a palavra e a singularidade do outro que antes orientavam o ato de transcrever;
3. Reconstituir a relação com as pessoas entrevistadas à luz das novas tecnologias – Trata-se de uma dimensão central, mas que tende a escapar, inclusive em seus aspectos mais prosaicos. Nenhuma entrevista deve ser processada por sistemas de IA sem ciência e aprovação explícita dos narradores. Os caminhos pelos quais passam suas vozes e saberes devem ser conhecidos e autorizados por eles, o que exige atualizar termos de consentimento e cartas de cessão para contemplar esse novo cenário. Os narradores devem participar das decisões sobre o destino e o tratamento, inclusive técnico, de suas falas. Se não houver concordância explícita, essa possibilidade deve ser imediatamente descartada.
4. Desenvolver literacia digital e recusar tecnologias incompatíveis com nossos princípios – É fundamental que as comunidades de pesquisa compreendam plenamente as políticas de coleta, armazenamento, processamento e uso de dados das plataformas de IA que utilizam. Tais políticas precisam estar não apenas alinhadas com as exigências legais, mas com os valores éticos da história oral e com os compromissos estabelecidos com narradores e narradoras. Quando houver incompreensão ou opacidade nas políticas, ou incompatibilidade com os princípios, deve haver abstenção no uso.
5. Adotar uma transparência radical nas publicações e trabalhos acadêmicos – Sempre que a inteligência artificial for empregada em qualquer etapa da pesquisa, não basta declará-lo de modo genérico, tal qual algumas publicações já exigem. Os relatos devem dimensionar de forma precisa seu uso: explicitar

em que fases foi utilizada, com quais plataformas, parâmetros, ferramentas ou comandos, e porque sua adoção foi julgada necessária. Essa clareza não deve eliminar a responsabilidade do pesquisador, mas, ao contrário, torná-la mais nítida e visível, reforçando o vínculo de confiança com os nossos entrevistados e com os padrões de produção de conhecimento, bem como evidenciando o compromisso dos estudos de história oral com a reflexividade permanente.

6. Promover uma literacia de diversidade nas inteligências artificiais – Pesquisadores que recorrem à IA devem se engajar ativamente, em igual medida, em práticas que tensionem e ampliem o seu aprendizado, favorecendo a incorporação de referências mais plurais de raça e etnia, gênero, classe, território, entre outros, nessas tecnologias. Isso significa que, em vez de apenas se beneficiar do uso de sistemas baseados em padrões hegemônicos, deve-se assumir a responsabilidade com o aperfeiçoamento de tais padrões, introduzindo deliberadamente narrativas e sensibilidades capazes de deslocá-los, refletindo melhor a diversidade de experiências humanas que caracteriza a prática da história oral.<sup>xiii</sup>
7. Preservar a escala humana – O recurso às IAs deve limitar-se a facilitar aspectos operacionais de trabalhos já planejados segundo as lógicas da história oral, sem impor agendas externas, prazos inalcançáveis ou critérios quantitativos de produtividade que não seriam atingíveis com o trabalho humano – por exemplo, com a expansão indiscriminada do número de entrevistas em um projeto. Seu uso precisa reconhecer e respeitar os limites dos pesquisadores enquanto trabalhadores, evitando a formulação de projetos desmedidos e extenuantes. Uma investigação que conduz ao esgotamento não pode ser considerada uma boa pesquisa. Em suma, a função das IAs deve ser a de auxiliar em lógicas de pesquisa preexistentes, e não a de criar dinâmicas que multipliquem o volume de trabalho dos envolvidos.
8. Garantir a experiência formativa integral e o domínio das operações intelectuais e técnicas – A formação em história oral deve assegurar que estudantes e pesquisadores em início de trajetória adquiram competências fundamentais que seriam exigidas mesmo na ausência das tecnologias de IA. Portanto, as tecnologias de IA não devem, jamais, constituir a única ferramenta disponível. É imprescindível que estudantes e pesquisadores em início de trajetória realizem e aprendam a dominar operações como a transcrição manual de entrevistas, a fim de compreender, de modo concreto, o ritmo, os

desafios e as decisões interpretativas envolvidas que estruturam um trabalho. Mais do que um exercício técnico, trata-se de uma experiência que desenvolve competências cognitivas e éticas que não podem ser substituídas por recursos automatizados, que ampliam a consciência crítica sobre as diferenças entre os processos humanos e processos automatizados, e que preserva a dimensão reflexiva da escuta, central para a história oral.

Nenhuma dessas tarefas é simples – e tampouco obterá sucesso se for conduzida de forma estritamente individual. Ainda assim, pesquisadores que optem pelo uso da IA devem assumir sim, em nível pessoal, um compromisso claro com princípios orientadores e com a responsabilidade decorrente de sua adoção.

### *Um outro horizonte temporal para a produção de conhecimento*

A história oral – pelos seus sujeitos, temas, práticas e perspectivas – é uma prática das frestas, que oferece novas possibilidades de abordagem e interpretação diante de memórias hegemônicas que se pretendem exclusivas. Enquanto prática coletiva, esteve na vanguarda de transformações e afirmações decisivas: na valorização da investigação implicada e socialmente relevante; na afirmação da legitimidade das metodologias qualitativas; no compromisso com a virada pública e participativa da pesquisa histórica e das humanidades.

Em um tempo marcado pela adesão desenfreada às tecnologias de inteligência artificial, talvez seu papel de vanguarda deva se renovar como fresta de resistência, contrapondo-se aos imperativos de velocidade e produtividade que hoje atravessam a pesquisa acadêmica. A lógica da aceleração, que orienta a adesão às IAs, é, em muitos aspectos, incompatível com a ética da escuta. O rendimento máximo jamais foi o critério para a história oral ou para os estudos de memória; ao contrário, o espetáculo do excesso de rememoração e o empobrecimento da narrativa pelo *storytelling* simplificador já foram alvo de sua crítica (Sarlo, 2007; Freund, 2015). Não há, portanto, razão para admitir a pressa e o excesso como medida de qualidade, como se a expansão infinita e acelerada de registros constituísse uma virtude, e, mais ainda, desimplicada dos riscos discutidos ao longo deste artigo – da proteção de dados à degradação cognitiva, passando pelos impactos ambientais, pela precarização do trabalho e pelo racismo tecnológico.

Repito o que afirmei anteriormente: as IAs não são, em si, inimigas da prática história oral. Podem até ser aliadas, desde que se restrinjam a auxiliar o que já fazemos, e não a impor influxos que desvirtuem a forma preciosa de relação e de produção de

conhecimento cuidadosamente desenvolvida ao longo de décadas sob a alcunha “história oral”: uma forma horizontal, não extrativista, fundada no vínculo e no reconhecimento. A dificuldade é, porém, encontrar e resguardar esse limite. Talvez o papel de vanguarda da história oral seja, agora, o de se reafirmar como compromisso com modos de fazer que não encontram lugar nas lógicas institucionais vigentes – modos que exigem pausa, elaboração cuidadosa e escuta profunda. Em suma, uma história oral engajada na defesa de outro horizonte temporal para a produção de conhecimento: o que nasce da relação comprometida com o outro.

A escuta a que a história oral se dedica é inconciliável com a lógica de otimização neoliberal – que nos quer mais rápidos, mais produtivos, mais eficientes, mas paradoxalmente menos atentos, menos cuidadosos, menos humanos e, em última instância, menos inteligentes do que a inteligência artificial. A escuta exige tempo – não como obstáculo, mas como condição. Se as IAs caminham na relação oposta, seu uso deve ser, no mínimo, pautado em vigilância permanente, prudência, e princípios debatidos de forma cuidadosa e coletiva – os aqui propostos são apenas um ponto de partida. Sem o tempo lento, os valores que sustentam a prática da história oral podem se dispersar – e, com eles, a própria história oral, tal como a conhecemos e defendemos, corre o risco de desaparecer.

### *Referências*

Amado, Janaina. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. **História**, v. 14, p. 125-36, 1995.

Bergen, Teresa. **Transcribing Oral History**. New York: Routledge, 2019.

Eftekhari, Helen. Transcribing in the digital age: qualitative research practice utilizing intelligent speech recognition technology. **European Journal of Cardiovascular Nursing**, v. 23, n. 5, p. 553–560, 2024.

Ferreira, Marieta de Moraes. Desafios e dilemas da história oral nos anos 90: o caso do Brasil. **História Oral**, v. 1, p. 19-30, 1998.

Ferreira, Marieta de Moraes; Santhiago, Ricardo (org.). **O desafio do diálogo: reflexões sobre história oral nos 30 anos da ABHO**. São Paulo: Letra e Voz / Rio de Janeiro: FGV, 2004.

Freund, Alexander. Under Storytelling’s Spell? Oral History in a Neoliberal Age. **Oral History Review**, v. 42, n. 1, p. 96-132.

Frisch, Michael. Oral History and the Digital Revolution: Toward a Post-documentary Sensibility. In: Perks, Robert B.; Thomson, Alistair (org.) **The Oral History Reader, 2nd edition**. London: Routledge, 2006.

Han, Byung-Chul. **A crise da narração**. Trad. Daniel Peluso Guilhermino. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

Han, Byung-Chul. **Favor fechar os olhos: em busca de um outro tempo**. Trad. Rafael Zambonelli. Petrópolis, RJ: Vozes, 2024.

Heidegger, Martin. A questão da técnica. *Scientiae Studia*, v. 5, n. 3, 2007.

Kaufman, Dora. **A inteligência artificial irá suplantar a inteligência humana?** Barueri, SP: Estação das Letras e Cores, 2019.

Koenecke, Allison et al. Racial disparities in automated speech recognition. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, v. 117, n. 14, p. 7684–7689, 2020.

Krenak, Ailton. **Para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Parikka, Jussi. **A Geology of Media**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2015.

Rodrigues, Sérgio. **Escrever é humano: como dar vida à sua escrita em tempo de robôs**. São Paulo: Companhia das Letras, 2025.

Russell, Stuart. **Inteligência artificial a nosso favor: como manter o controle sobre a tecnologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

Santhiago, Ricardo. De volta ao “para uso futuro”? História oral, pandemia e a documentação urgente do presente. *História Unisinos*, v. 27, p. 636-48, 2023.

Santhiago, Ricardo. **Eu só fiz viver: a história oral desavergonhada de Edy Star**. São Paulo: Popessuara, 2025.

Santhiago, Ricardo; Magalhães, Valéria Barbosa de. Rompendo o isolamento: reflexões sobre história oral e entrevistas à distância. *Anos 90*, v. 27, 2020.

Sarlo, Beatriz. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras / Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.

Silvestre, Paulo. A Inteligência Artificial e a criação de ofertas assertivas nas redes sociais. In: Santaella, Lucia (org.) **Inteligência Artificial & Redes Sociais**. São Paulo: EDUC, 2019. p. 141-56.

Thomson, Alistair. Four Paradigm Transformations in Oral History. *The Oral History Review*, v. 34, n. 1, p. 49-70, 2007.

Tomlinson, Kiran et al. Working with AI: Measuring the Occupational Implications of Generative AI. **arXiv:2507.07935 [cs.AI]**, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.48550/arXiv.2507.07935>. Acesso em: 31 ago. 2025.

Urru, Patrick. Prove tecniche di trascrizione: un’esperienza personale. In: Di Meo, Francesca; Garruccio, Roberta; Socrate, Francesca (org.) **Scrivere (quasi) la stessa cosa: la trascrizione come atto interpretativo nella pratica di storia orale**. Firenze: editpress, 2022. p. 173-194.

*Declarações*

Declaração de disponibilidade de dados da pesquisa: Todos os dados que sustentam os resultados deste estudo encontram-se publicados no próprio artigo.

Financiamento: Este trabalho não contou com financiamento específico.

Contribuição do autor: Não se aplica.

Declaração de conflito de interesses: O autor declara não haver conflitos de interesse a serem informados.

---

<sup>i</sup> Embora este não seja o objeto do presente texto, cabe registrar que tenho uma discordância radical em relação à etapa de trabalho textual subsequente desenvolvida e proposta por Meihy, a da chamada “transcrição”, que, a meu ver, constitui uma forma flagrante de adulteração da fala preciosa que ofertada em uma entrevista – e, portanto, da fonte coproduzida em uma circunstância determinada –, assim como de sua qualidade documentária.

<sup>ii</sup> Mottl, Judy. AI meets oral history to preserve military vet experiences. **Digital Signage Today**, 18 abr. 2025. Disponível em: <https://www.digitalsignagetoday.com/articles/ai-meets-oral-history-to-preserve-military-vet-experiences/>.

<sup>iii</sup> Kingson, Jennifer A. New AI tools let you chat with your dead relatives. **Axios**, 13 jul. 2022. Disponível em: <https://www.axios.com/2022/07/13/artificial-intelligence-chatbots-dead-relatives-grandma>.

<sup>iv</sup> Hein, Eleonore. Frontiers: Experimenting with AI in Oral History. *German-Canadian Studies: The blog of German-Canadian Studies at the University of Winnipeg*, 21 out. 2024. Disponível em: <https://uwgcs.wordpress.com/2024/10/21/frontiers-experimenting-with-ai-in-oral-history/>. Acesso em: 04 jul. 2024.

<sup>v</sup> Um exemplo: conforme os Termos de Serviço da plataforma *Describe* (última atualização em 25 de fevereiro de 2025), ao utilizá-la, o usuário concede licença “perpétua, irrevogável, não exclusiva, isenta de royalties, sublicenciável, totalmente paga, mundial” para acessar, reproduzir, processar, modificar, criar derivados e utilizar seus conteúdos, incluindo gravações de voz e transcrições, para manutenção e aprimoramento do serviço (seção 8.2). Além disso, ao utilizar ferramentas generativas, reconhece que “Inputs e Outputs podem ser usados pela Describe para treinar, melhorar e desenvolver seus modelos e tecnologias, salvo opt-out explícito” (seção 8.4). Os dados de voz submetidos também podem ser usados para a criação de vozes sintéticas, isto é, “para treinar uma AI Voice, sintetizar e operar o serviço, além de compor datasets de pesquisa, após desidentificação” (seção 9). Disponível em: <https://www.describe.com/terms>. Acesso em: 03 jul. 2025.

<sup>vi</sup> A Otter.ai, por exemplo, afirma em seus termos de serviço de 11 de maio de 2025 explicitamente que “não garante que o serviço ou qualquer parte dele será ininterrupto, seguro ou livre de erros, vírus ou outros componentes nocivos, nem garante que tais problemas serão corrigidos”. Disponível em: <https://otter.ai/terms-of-service>. Acesso em: 03 jul. 2025.

<sup>vii</sup> Pergunta feita no dia 24 de maio ao ChatGPT 4o, com o uso do prompt: “Estime quais os recursos naturais gastos para que uma plataforma de IA transcreva uma entrevista de história oral de cerca de duas horas”.

<sup>viii</sup> Idem.

<sup>ix</sup> Toh, Michelle. Inteligência artificial deve afetar 40% dos empregos no mundo, diz FMI. **CNN Brasil**, 17 jan. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/inteligencia-artificial-deve-afetar-40-dos-empregos-no-mundo-diz-fmi/>. Acesso em: 4 jul. 2025.

<sup>x</sup> Por exemplo, em textos que propõem que a IA – mesmo em contextos de pobreza e desigualdade na América Latina – podem ser motores de crescimento econômico. Veja-se, entre eles: Bakker, Bas B.; Chen, Sophia; Vasilyev, Dmitry. How Artificial Intelligence Can Boost Productivity in Latin America. *IMF Blog*, 20 mar. 2025. <https://www.imf.org/en/Blogs/Articles/2025/03/20/how-artificial-intelligence-can-boost-productivity-in-latin-america>. Acesso em 04 jul. 2025.

<sup>xi</sup> Frankel, Todd. Will historians really be replaced by AI? They remain skeptical. **Washington Post**, 25 ago. 2025. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/business/2025/08/24/ai-job-replacement-historians/>. Acesso em: 31 ago. 2025.

<sup>xii</sup> Harwell, Drew. The Accent Gap. **The Washington Post**, 19 jul. 2018. Disponível em <https://www.washingtonpost.com/graphics/2018/business/alexa-does-not-understand-your-accent/>. Acesso em: 04 jul. 2025.

<sup>xiii</sup> A presente sugestão foi colhida durante o Encontro Regional Centro-Oeste de História Oral de 2025, na cidade de Goiás — ocasião em que proferi a conferência que deu origem a este artigo —, quando propus

---

ao público que indicasse, além dos princípios mínimos que eu já havia apresentado, quais outros poderiam ser considerados parâmetros indispensáveis para o uso ético da inteligência artificial em história oral.

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.